



## **Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz**

### *Ata n.º 6/2022*

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia, na Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, pelas dezoito horas, em Sessão Ordinária e na presença dos treze membros que a compõem, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Período Reservado à Intervenção do Público (21.00 H)**

**Período antes da Ordem do Dia**

**Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:**

**Ponto 01 – Informação Escrita do Presidente**

**Ponto 02 – 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento – Aprovação**

**Ponto 03 – Orçamento da Receita e da Despesa para o Exercício de 2023 - Aprovação**

**Ponto 04 – Plano Plurianual de Investimento para o Exercício de 2023 – Aprovação**

**Ponto 05 – Mapa de Pessoal – Aprovação**

**Ponto 06 – Regulamento Tabela de Taxas e Licenças para o Exercício de 2023 –  
Aprovação**

**Ponto 07 – Autorização Prévia Genérica Prevista na Lei dos Compromissos – Aprovação**

**Ponto 08 – Contracto de Prestação de Serviços – Posto de Correios de Calhandriz e Cotovios – Aprovação**

**Ponto 09 – Moções/propostas e recomendações**

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu a sessão cumprimentando e agradecendo aos presentes, de um modo geral.-----

Ainda fez menção à alteração na linha de trabalhos, uma vez que a reunião começara mais cedo e para deixar o público às 21:00, como habitual, propôs começar pelo período antes da ordem do dia.-----

**Período antes da Ordem do Dia**

O eleito **Mário Costa**, do CDS, começou por colocar a questão de, nas últimas sessões da Assembleia, não ter sido feita a leitura do expediente, como era costume.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que o apoio que a Assembleia deveria ter para fazer esse resumo, não existia e, ao não existir, podiam haver algumas lacunas. No entanto, referiu não existirem nem reclamações, nem sugestões de qualquer tipo.-----

Seguidamente, tomou a palavra o eleito **João Vendrel**, do PS, que começou a sua intervenção por agradecer ao Executivo da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz pelo seu trabalho relativamente à Festa de Natal, realizada em Alhandra. No entanto referiu que era de lamentar que por trás estivesse o Teatro Salvador Marques, que se encontrava numa situação de grande degradação, apesar de ser visível que o assunto não estava esquecido, o que dava alguma esperança que havia intenção de se fazer alguma coisa. Acrescentou ainda que, apesar do largo da festa estar muito bom, foi pena que não existisse também nas ruas centrais do comércio de Alhandra alguma animação alusiva à Época Natalícia.-----

O eleito **José Rodrigues**, do PS, começou por referir as comunicações, nomeadamente a melhoria da rede móvel, em alguns locais da freguesia, principalmente nos mais afastados de Alhandra. Também questionou a situação da fibra, concretamente na Calhandriz. Ainda referiu a questão ambiental, e solicitou esclarecimentos referentes à situação da Cimpor e quais as medidas tomadas pela Junta para averiguar o que realmente se estava a passar com as pedreiras de Trancoso e de Á-dos-Melros, uma vez que tinham surgido rumores de uma

possível suspensão dos trabalhos, até que fosse realizado um estudo para saber se realmente estava a afetar a população. Ainda se referiu ao Centro de Saúde e questionou se havia vinda ou não de mais profissionais de saúde para o Centro de Saúde de Alhandra.-----

Em seguida o eleito **João Vendrel** voltou a intervir para questionar se tinha havido evolução na situação do campo de futebol do Alhandra Sporting Clube, tendo em consideração que tinha havido desenvolvimentos relativamente ao clube de Vila Franca de Xira, e quais as soluções que tinham sido sugeridas, depois do que estava a acontecer com a UDV, frisando que a situação do Sporting Clube de Alhandra já se arrastava há demasiado tempo. Ainda referiu a situação do novo Contrato dos CTT, tendo em consideração que tinha havido uma manifestação dos trabalhadores em frente à sede da União de Freguesias, solicitou esclarecimento quanto às possíveis implicações com os motivos da referida manifestação. Terminou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre o edifício que estava a ser construído na Rua 5 de Outubro, considerado como sendo uma recuperação, de acordo com o que estava escrito, apesar do aviso ser completamente ilegal, porque o mesmo estava praticamente em branco, e que o imóvel estava a ser recuperado de acordo com o reabita, no entanto o edifício estava todo ilegal, tendo avançado sobre o passeio, e não cumprindo com as medidas que eram obrigatórias nas novas construções relativamente à largura do passeio, e concluiu dizendo que seria um dos casos em que a Junta deveria pedir explicações aos serviços da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e deu como sugestão o Executivo começar a verificar o que é que se passava com alguns construtores.-----

Seguidamente, a eleita **Cláudia Martins**, da CDU, começou por cumprimentar o Executivo pela Festa de Natal, no entanto lamentou que a mesma só tivesse ocorrido no centro de Alhandra, e não se tivesse estendido a outras ruas onde havia mais comércio e ainda referiu o facto de tanto São João dos Montes como a Calhandriz não terem tido um apontamento alusivo à quadra do Natal. Referiu ainda a questão do Centro de Saúde e da falta de médicos.-----

O eleito **Carlos Prazeres**, da CDU, interveio sobre a questão do ambiente e referiu-se à Cimpor, questionando sobre a emanção excessiva de fumos da parte da mesma e quando se cumpriria o que estava estabelecido em termos ambientais.-----

Seguidamente o eleito **Manuel Valentim**, da CDU, solicitou esclarecimentos sobre a questão da Internet na Calhandriz. Referiu que as queixas em relação a esse assunto eram imensas, porque a população da Calhandriz não estava servida de uma forma capaz. Também fez notar a questão do Inverno rigoroso que estava a assolar a região e o impacto que estava a ter nas estradas da freguesia e as consequências na população. Mencionou as casas e a queda de muros e solicitou que averiguassem a situação com algum cuidado.-----

A eleita **Cláudia Martins**, deu um esclarecimento sobre a ausência da eleita **Marina Nunes** e a sua substituição pelo eleito **Francisco Mendes**.-----

Seguidamente interveio o eleito **Alexandre Café**, do BE, que começou por agradecer aos trabalhadores da Junta, aos Bombeiros e às Forças de Segurança, pelo trabalho de acompanhamento e restabelecimento da normalidade da situação, após a intempérie sofrida. Ainda questionou o Executivo relativamente aos danos causados pela mesma e se o Poder Central ou a Câmara Municipal tinha previsto auxílio para as vítimas. Ainda questionou a situação do fecho do aterro do Mato da Cruz. Em seguida, mencionou a situação da falta de médicos no Centro de Saúde de Alhandra e que diligências estavam a ser feitas junto da Câmara Municipal e do Governo, para resolver a situação. Seguidamente falou sobre o fraco serviço de rede de internet nas zonas rurais. Também se referiu à situação do campo de futebol do Alhandra Sporting Clube. Ainda aproveitou para mencionar a desagregação de freguesias, assunto levado a Assembleia em reunião extraordinária.-----

Em seguida, o eleito **Mário Costa** procedeu à leitura da Declaração de Voto do CDS, em anexo à Ata.-----

Terminadas as intervenções dos eleitos, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** passou a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia**.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu as questões que lhe foram colocadas, começando por referir o Teatro Salvador Marques, garantindo que era um assunto que estava a ser resolvido e que era sua intenção resolver antes das eleições de 2025. Adiantou que se estava a aguardar resposta ao pedido de financiamentos europeus por parte da Câmara Municipal. No que respeita à questão da iluminação de Natal, esclareceu que fora uma decisão conjunta da Câmara Municipal com as Juntas, tendo em conta a crise energética que se estava a viver. Quanto à Festa de Natal que se realizou em Alhandra, começou por esclarecer que a mesma se começou a realizar em Dezembro de 2013. Fora uma ideia trazida por ele, Presidente, e que sempre se tinha feito só em Alhandra. Nunca nenhuma das outras Juntas de Freguesia fizera qualquer festa alusiva ao Natal. Salientou que era verdade que eram três freguesias, mas que o Executivo era só um e havia alguma dificuldade em chegar a todo o lado, uma vez que era o próprio Executivo que tratava de tudo. Depois referiu-se à questão das comunicações de rede móvel, para dizer que já fora comunicado à ANACOM e que a mesma informara que onde havia problemas de rede identificados, que eram consideradas por eles zonas cinzentas, era a freguesia da Calhandriz. E ainda havia um ponto ou outro da freguesia de São João dos Montes, mas que garantiram que iam corrigir na freguesia da Calhandriz. No entanto ainda acrescentou que as operadoras diziam que no mercado não era rentável colocar a fibra e que não tinham previsto para o ano de 2023 levar fibra até à zona do edifício da Junta, uma vez que já existia na rua da Igreja, porque a Câmara pagara o ramal para pôr fibra na

escola. Acrescentou ainda que estavam em negociação com a MEO e a considerar assumir um encargo de pagar o ramal como contrapartida de se mudar o contrato em vigor com a Vodafone, para a MEO, com a condição de levarem a fibra até um raio de 100 m do edifício da Junta da Calhandriz, no entanto, mesmo com essa nova situação, seguramente seis ou sete lugares ficariam na mesma sem a fibra. No que dizia respeito às questões ambientais, em particular a poluição da Cimpor, começou por lamentar a situação e esclarecer que a Administração da Cimpor já fora questionada através também da Comissão de Acompanhamento Ambiental da Câmara Municipal e da própria Junta de Freguesia. Informou que já tinham vindo várias entidades fazer estudos a Alhandra, desde 2013 e nunca se conseguira identificar os problemas dos maus cheiros e de ácidos na atmosfera. Houve inclusive um colégio privado em Alhandra que fez várias denúncias também, em parceria com a Junta e veio a ASAE e a GNR e nunca se conseguiu apurar a origem. Em seguida referiu-se à questão do Centro de Saúde e informou que havia uma reunião agendada com o Diretor e com o Presidente da Câmara, para se tentar apelar mais uma vez, inclusivamente, oferecer contrapartidas aos médicos. Saliu que esta situação estava a acontecer de norte a sul do país, nos centros de saúde e nos hospitais e que tinha outras implicações para além de haver falta de médicos. Havia questões político-sindicais e outras questões que estavam por trás. Saliu o facto de ser imensamente preocupante, ficar sem qualquer médico em Alhandra e que iriam ser feitos todos os possíveis para que tal não acontecesse. Seguidamente falou na situação do campo de futebol e que, segundo informação da reunião solene do Alhandra Sporting Clube, a atual Direção não estaria assim tão preocupada, por outro lado pareceu-lhe que a principal preocupação seria um polidesportivo. Seguidamente referiu o edifício a ser construído na rua 5 de Outubro e afirmou que iria pedir esclarecimentos à Câmara Municipal para perceber se estariam a ser reunidos todos os requisitos, uma vez que tinha conhecimento que já houvera um ou outro edifício que estava a ser recuperado e que os vizinhos questionaram a Junta de Freguesia, que por sua vez, questionou a Câmara Municipal, e depois fora elaborado um relatório a dizer que a Junta “se estava a meter onde não devia e que as pessoas que estavam naquela sala, sabiam o que é que estavam a fazer”. Referiu que não estava de acordo com algumas situações, mas que as respostas da Câmara eram sempre as mesmas. Ainda enalteceu a Câmara Municipal, a Proteção Civil e os Bombeiros, não deixando de frisar as dificuldades causadas pela intempérie. Em resposta ao eleito Manuel Valentim, sobre os “erros e excessos do passado”, deixou bem claro que a Câmara licenciara a construção de casas, algumas delas, casas de vários milhares de euros que eram servidas por um caminho que não tinha qualquer tipo de infraestruturas e quando chovia, lá ficava o caminho destruído e lá vinham as pessoas telefonar para a Junta, e, com as poucas condições e recursos existentes, a Junta tinha que tentar colocar os caminhos circuláveis. Referiu que eram caminhos de acesso para hortas, para quintas, para exploração agrícola e presentemente alguns eram para urbanizações. Concluiu dizendo que se não houvesse um grande investimento no ponto de vista de criar condições e infraestruturas e, se calhar, até criar betuminoso nos caminhos, a situação não iria melhorar. Seguidamente referiu a situação da Carris Metropolitana e que iria comunicar à Câmara Municipal. No que se referia aos Atestados de Residência, esclareceu que quando as pessoas pediam um atestado, levavam as duas testemunhas, os documentos e se esses requisitos estivessem cumpridos, os funcionários

faziam o Atestado e depois faziam-no chegar para ser assinado. Essa avaliação era feita pelas funcionárias, dentro da Lei.-----

O eleito **Manuel Valentim** esclareceu que os “excessos de erros acumulados” tinham sido os erros de construção que tinham sido feitos e que seria tempo de pensar em corrigi-los, porque as valetas tinham sido desviadas, valetas que corriam num sentido, onde não corriam atualmente. A água tinha que atravessar estradas, fazendo um caudal bastante grande, com prejuízos para toda a gente.-----

O eleito **Alexandre Café** referiu que os problemas com a Internet não se resumiam à Calhandriz, havia também problemas em várias zonas, como nos Cotovios. Reforçou a observação sobre o “desalento” com o ter notado a ausência do Senhor Presidente da Junta na Assembleia Municipal.-----

A eleita **Cláudia Martins** referiu-se relativamente à festa de Natal e começou por esclarecer que a bancada da CDU valorizara a iniciativa da festa de Natal e que achara que fora bem feita, que estava bonita e que o local era bonito também. A única coisa que salientou foi que a mesma se deveria ter estendido a outros locais de Alhandra e lembrou outros Natais passados onde se tinha ido às outras freguesias e que lamentava que este ano o mesmo não tivesse sucedido. Relativamente à questão da saúde, também era do entendimento da CDU que não era dever da Câmara Municipal, muito menos da Junta de Freguesia trazer os médicos, mas que esses dois Órgãos deveriam ter uma atitude reivindicativa de exigir a quem de direito, que era o Estado Central, que era o Governo, que fizesse aquilo que devia fazer, que era, de facto, medidas políticas que levassem a que o Serviço Nacional de Saúde funcionasse e que não abrisse a porta aos privados. Alguma coisa deveria ser feita porque estava a tornar-se uma preocupação muito grande, com tantos idosos no Concelho, e que se deveria fazer o impossível para que essa situação se invertesse rapidamente.-----

O eleito **Mário Costa** mostrou a sua insatisfação em relação aos procedimentos com os atestados e solicitou que lhe fosse facultado o número de Atestados de Residência passados pela Junta, uma vez que a informação que tinha era de um número bastante elevado e isso preocupava-o, daí o ter questionado se os atestados eram assinados presencialmente.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que havia uma plataforma do Governo para acompanhar as pessoas que tinham tido prejuízos na intempérie de sete para oito de dezembro, e que tinham sido identificadas quatro famílias na Calhandriz e uma em São João dos Montes. Acrescentou ainda que, por mais valetas, por mais alterações que houvesse, aquelas pessoas iriam sempre sofrer consequências, porque as terras tinham deixado de ser tratadas, no caso, porque se tinha feito um grande campo de painéis solares, em que não havia vegetação nenhuma para segurar a água, e esta “correra tão rápida que até o alcatrão

arrancara da estrada”. Ainda esclareceu, no que se referia ao prolongamento do Mercado de Levante, adiantando que desconhecia o projeto, mas que, segundo o que sabia, tinha sido aprovado no Orçamento da Câmara Municipal e que estava previsto na reunião de preparação, tinham sido negociados com a Câmara, cerca do novecentos mil euros de obra a fazer na União de Freguesias, nomeadamente na freguesia de São João dos Montes, onde se iria construir um parque de lazer, que iria ao encontro daquilo que tinham sido as aspirações dos miúdos da Escola Soeiro Pereira Gomes, que tinham feito um projeto, e concorrido a nível internacional, e tinham sido os vencedores.-----

O senhor **António Alfredo**, do Executivo, interveio em relação à questão levantada pelo eleito Manuel Valentim, em relação à valeta, esclarecendo que a mesma fora feita de acordo com o que fora pedido e a canalização fora feita pelo próprio e, se agora chegara à conclusão que não funcionava, já ultrapassava a Junta, uma vez que a mesma fizera o acompanhamento necessário.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período antes da Ordem do dia e passou à informação escrita do presidente.-----

#### **Período da Ordem do Dia**

#### **Ponto 01 – Informação Escrita do Presidente**

A eleita **Cláudia Martins** solicitou esclarecimentos sobre a informação escrita do Senhor Presidente da Junta, entre eles a Associação Promotora do Ensino dos Cegos, assim como em relação à reunião de trabalho dos tesoureiros das seis freguesias. Posteriormente indagou sobre a assinatura do protocolo do SNS 24, que, segundo sabia, o Executivo era contra essa situação; a reunião de trabalho do parque infantil de Á-dos-loucos, que segundo constava tinha as obras paradas; as futuras instalações do ATM em Á-dos-Loucos; o término das obras na Escola das Meninas, que já tinha um atraso considerável; a assinatura de 59 protocolos na área da educação, questionou de que protocolos se tratava; a reunião com o senhor Vereador João Pedro Baião, que trabalhos iriam ser realizados na área da União de freguesias; a questão do apoio mensal à compra de gás de botija. Indagou que, dos 73 pontos apresentados na informação escrita do Presidente, apenas 20 eram da iniciativa do Executivo da Junta, e desses 20 apenas 2 eram em São João dos Montes e 2 na Calhandriz, tendo sido os restantes 16 em Alhandra. Realçou alguma inércia da parte do Executivo da Junta em relação a essa situação. Ainda mencionou os apoios financeiros ao Movimento Associativo, questionando que apoios seriam esses. Em seguida, falou dos concursos abertos que ficaram em branco e questionou se iriam voltar a abrir e qual iria ser a divulgação dos mesmos. Ainda mencionou a definição de trabalhador, colaborador e estagiário, que também estava um pouco confusa, sendo que um trabalhador não era a mesma coisa que um colaborador.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** também solicitou esclarecimentos sobre a reunião com o novo diretor do Centro de Produção da Cimpor; a Associação Promotora do Ensino dos Cegos; em relação ao Conselho Municipal de Segurança; a reunião com o Senhor Vereador João Pedro Baião, sobre as várias obras em curso; a reunião com a Doutora Teresa Teixeira; assinaturas de protocolos com o SNS 24; e o porquê de não ter havido almoço de Natal no presente ano.-----

Em seguida, o eleito **Mário Costa** solicitou esclarecimento sobre a reunião entre o senhor Padre Alfredo e o Senhor Presidente da Câmara; sobre três ações de formação no âmbito da parceria, realizadas por quem e para quem; Conselho Municipal de Segurança; Doutora Teresa Teixeira, Comissão Social de freguesia.-----

Seguidamente, o eleito **José Rodrigues** solicitou esclarecimento sobre a cedência das antigas instalações da escola primária de São João dos Montes e também sobre o processo de concurso para admissão de cantoneiros para a União de Freguesias; também questionou sobre a reunião com o senhor Vereador João Pedro Baião; a assinatura do protocolo com o SNS 24, a proposta de colocação de fibra, a questão do ATM em Á-dos-Loucos, a situação da Escola das Meninas.-----

Seguidamente, o eleito **Oswaldo Pires**, da CNG, solicitou esclarecimento sobre a antiga escola de Á-dos-Loucos e também sobre a Igreja.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** começou por esclarecer que, na Informação escrita, fora colocado aquilo que era considerado mais relevante, as representações, os trabalhos e outras questões, basicamente eram tópicos que depois seriam esclarecidos. Começou por esclarecer, em relação à Associação dos Cegos, que fora feito um pedido de reunião com o sentido de se vir a estabelecer um protocolo para ser divulgado o trabalho que eles faziam, quer de ajuda, quer de apoio às pessoas com problemas de falta de visão e, quando esse protocolo chegasse, a Assembleia teria a oportunidade de se pronunciar. No que dizia respeito à reunião dos tesoureiros, entendeu-se que seria uma boa prática os tesoureiros falarem entre eles, até para estabelecer alguns comportamentos e, em relação a uma questão que era muito dispersa, de freguesia para freguesia, por exemplo, a tabela de taxas. Na questão da assinatura do protocolo com o SNS 24, confirmou ser contra, mas uma vez que a Câmara Municipal os convidara para estarem presentes, assim o fizeram e manifestaram o seu descontentamento. A reunião no parque infantil de Á-dos-Loucos fora no sentido de acelerar as obras e deveriam estar quase concluídas. As futuras instalações do ATM seriam no mesmo local. A Câmara Municipal estaria a fazer uma obra que, no fundo, era a construção de um bunker dentro das instalações, onde iria ficar o ATM. Acrescentou que o investimento que fora feito na CURPI, já fora repostado, a expensas da Câmara. Na questão da visita à Escola das Meninas, pelo ponto de vista dos empreiteiros e subempreiteiros, haveria uma grande especulação por causa da guerra, por causa dos preços dos materiais, que tinham ficado muito



inflacionados e queriam estender o prazo, no entanto, o prazo que fora dado pelo Senhor Vereador, na Reunião de Câmara, tinha sido para depois das férias, ou seja, o período que começaria em Abril. No que era referente aos protocolos, esclareceu que também foram como convidados e deu como exemplo as AECS, realizadas pela Sociedade Euterpe Alhandrense e um conjunto de outras atividades, que descreveu como relevante, o trabalho do movimento associativo com os Agrupamentos de Escolas. No que se referia à reunião com o Senhor Vereador, fez-se de preparação do direito de oposição, apresentou-se a todos os representantes das bancadas, o destino da verba para as obras do ano de 2023, grosso modo, seria o parque de estacionamento do Mercado de Levante, da zona de lazer, que iria ligar Alhandra a São João dos Montes, também a recuperação de estradas, de muralhas que caíram, e o Parque Infantil dos Cotovios. Em seguida, esclareceu que a questão das bilhas do gás, faziam parte de um protocolo, assinado entre o Governo e a ANAFRE, a associação que representava as Juntas de Freguesia, e que a União de Juntas aderira ao procedimento e que a informação estava nas redes sociais. Quanto ao apoio ao Movimento Associativo, esclareceu que viria detalhado, na prestação de contas, na Assembleia de Abril. Em seguida, fez referência ao concurso em branco, e esclareceu que ter o 12º ano era parte dos requisitos para ser coveiro ou cantoneiro e, que, para ganhar 750 ou 760 EUR, ninguém queria ir varrer ruas a ganhar esse valor. Acrescentou ainda que no concurso, tinham havido três pessoas que tinham concorrido, um deles, que tinha os requisitos, quando soube para o que era, fora-se embora, os outros 2, um tinha a quarta classe, e ainda havia um outro, que era paquistanês e que estava a trabalhar, pelos CEI, e a embaixada, não conseguiu comprovar que os anos de ensino que ele tinha eram equivalentes aos requisitos legais para entrar. Salientou que era uma reflexão com que toda a gente deveria ficar, não havia só falta de médicos, também havia falta de coveiros para enterrar as pessoas. Salientou que esta seria uma situação a ser repensada. Seguidamente, referiu a questão da nomenclatura, trabalhador e colaborador e lamentou o facto de ter cometido um erro ao escrever, porque na realidade havia sido ele. No que se referia à reunião com o novo diretor, sobre as questões ambientais, a Junta fez chegar as preocupações relativamente à questão da pedreira. Seguidamente, mencionou o Conselho Municipal de Segurança, que era composto por um conjunto de conselheiros, a Guarda Nacional Republicana, a PSP e a Proteção Civil. Fizeram uma apresentação em PowerPoint, na qual demonstraram os índices da criminalidade e da violência doméstica. Depois, cada conselheiro usou da palavra para dizer o que entendiam ou para contrariar o que lá estava, como acontecera várias vezes. Concluiu este assunto, dizendo que “cada vez está melhor, não há criminalidade”, de acordo com as apresentações. Em seguida, esclareceu, sobre a reunião com a Doutora Teresa Teixeira, que se tratava de uma parceria entre a Comissão Social de Freguesia e a Câmara Municipal, para estabelecer um conjunto de situações que estavam em cima da mesa, por exemplo, o transporte dos idosos para o Centro de Saúde, e acrescentou que, durante um ano, tinham tentado, junto da Senhora Diretora do Centro de Saúde, criar uma regra em que os utentes da Calhandriz fossem todos atendidos numa manhã por semana, por exemplo, ou num dia por semana e que a Junta providenciaria o transporte dessas pessoas. Não se chegou a entendimento, uma vez que parecia que nem médicos iriam ter. Em relação ao almoço de Natal, tinham decidido não fazer, porque tinha havido a inauguração do novo espaço social dos trabalhadores em Outubro e o magusto em Novembro e fazer um almoço de Natal, correr-se-ia o risco de ter o Tribunal de

Contas a questionar se a Junta era uma empresa de hotelaria. Seguidamente esclareceu a situação da Igreja de São João dos Montes, referindo que a paróquia de São João dos Montes era, ao mesmo tempo, a Comissão de Festas local, ou seja, a festa daquele local era promovida pela Igreja e era feita numas casas devolutas, no entanto o proprietário dessas casas entendeu fazer obras ou vender e disse à Igreja que não lhes podia permitir que utilizassem mais as instalações e a Junta cedeu as instalações da escola, para que a Comissão de Festas local da Paróquia pudesse ter os equipamentos e fazer a festa. Referiu ainda que o que foi pedido, através do senhor Padre, através de protocolo, tinha sido a cedência daquelas instalações para que eles pudessem fazer obras e criar as instalações mais dignas. Posteriormente, a Comissão de Trabalhadores, que estava numas instalações cedidas pela Junta de Freguesia de São João dos Montes, junto aos Caçadores, pediu também aquelas instalações, mas a junta já tinha assumido o compromisso com o senhor Padre. O senhor Padre pediu uma reunião ao Senhor Presidente da Câmara e a Câmara entendeu protocolar a cedência daquelas instalações à Paróquia de São João dos Montes. Contudo, a Junta fez chegar à Câmara, porque a mesma tem umas instalações no Lugar de Trancoso, que seria o local indicado para a Associação dos Caçadores, mas a decisão final não passaria pela Junta. Seguidamente referiu-se à questão da fibra, e esclareceu, de acordo com a informação da própria ANACOM, que a mesma disse que a situação estava identificada, porque a Junta dera um parecer sobre as zonas cinzentas da distribuição da Internet em toda a União de freguesias e, na verdade, em São João dos Montes, havia zonas cinzentas com uma grande dimensão e o que a ANACOM informou foi que iam repor, porque nesse local tinham condições para aumentar o sinal, mas entretanto tinha havido uma alteração a essa informação, e já não iriam colocar a fibra.-----

Em seguida, a eleita **Cláudia Martins** indagou sobre o ATM de Á-dos-Loucos, referindo que já existia um parecer positivo por parte da Administração Interna, que era aquilo que não havia anteriormente. Relativamente à Escola das Meninas e da questão da especulação dos preços, concluiu que a desculpa da guerra, servia para tudo, quando era do conhecimento geral que o que estava a subir eram os lucros das grandes empresas, com milhões de lucro e tentavam camuflar a situação com desculpas e que tudo não passava de especulação.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** interveio para esclarecer que tinha havido uma Reunião de Câmara e uma alteração ao orçamento, precisamente por essa razão, e desconhecia se havia sido aprovado ou não, porque não acompanhava os trabalhos da Câmara Municipal, mas tinha conhecimento que um dos maiores problemas era a falta de pessoal para trabalhar e, devido a isso, os subempreiteiros, articulavam os trabalhadores em obras diferentes, alternando os dias e, como resultado, havia atrasos nos prazos. Acrescentou que essa tinha sido a grande discussão entre o Senhor Vereador e os responsáveis, tendo feito chegar que os prazos tinham que ser cumpridos, sob pena depois, da Câmara também não os cumprir.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** interveio para esclarecer o eleito **Alexandre Café** em relação à ANACOM, que após ter terminado os inquéritos, estava previsto lançar os concursos

internacionais em Janeiro desse ano mas, por decisão do Governo, cujo iria fazer com que a ANACOM voltasse a fazer os mesmos inquéritos e, portanto, iria atrasar. E, em relação à questão de haver sinal mais forte, principalmente em relação às operadoras da Altice e da Vodafone, eles teriam até ao dia 31 de Julho para fazer reforço de sinal e, chegados a esse dia, uma das operadoras, trouxe umas gruas e foram substituir umas antenas no Sobralinho.-----

#### **Ponto 05 – Mapa de Pessoal**

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** começou por esclarecer o significado do ponto 05, concretamente relacionado com o quadro de pessoal, e salientou o facto de prever criar dois lugares administrativos, tendo em conta o atual contexto. Referiu a falta de pessoal, a proximidade de algumas pessoas irem para a reforma e de se garantir o máximo possível o funcionamento das Juntas, sem interrupções, que era o que acontecia quando se tinha uma ausência; ou então, tinha que se recorrer a pessoas do desemprego, ou tinha que se fechar uma das delegações, o que acontecia com a delegação de São João dos Montes; no entanto, na Calhandriz era impensável fechar, porque não havia alternativa. Salientou que, no fundo, a Junta não queria que tal acontecesse. Acrescentou ainda a existência de lugares por ocupar, como foi o caso do concurso para cantoneiros, que ficou em branco. Declarou que, depois de uma discussão maturada e tendo em conta o volume do orçamento, ou optavam por cantoneiros ou optavam por assistentes operacionais. Uma vez que, no ver da Junta, existia uma maior lacuna do ponto de vista dos assistentes técnicos para garantir os serviços, iriam optar por abrir concurso para colocar dois administrativos.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** solicitou esclarecimento em relação aos lugares para o pessoal, salientando os dois que seriam para ser criados, mas se seria para cantoneiros ou para assistentes.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que iria optar por assistente operacional ou auxiliar administrativo. E ainda esclareceu que os restantes estavam ocupados, uma vez que, à medida que as pessoas iam saindo, nunca fecharam as vagas no quadro, porque se as mesmas fossem fechadas, depois era muito complicado reabrir. Esclareceu ainda que, quando alguém se reformava, a vaga ficava como não ocupada, e para ser ocupada, além de ser necessário orçamento para tal, também tinha que ser cabimentado. Concluiu que na proposta de orçamento apresentada à Assembleia, estavam previstos esses dois postos de trabalho.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** questionou se os restantes dez postos de trabalho ficariam por preencher unicamente por falta de verba.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que sim, no entanto acrescentou que faziam bastante falta.-----

A eleita **Cláudia Martins** ainda salientou que, relativamente à Alteração Modificativa ao Orçamento, havia uma quantidade de horas extra pagas, o que era indício de que havia falta de trabalhadores.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que essa questão não era assim tão linear, uma vez que eram os trabalhadores que asseguravam uma responsabilidade assumida pela junta, que era assegurar o funcionamento do mercado de levante. Ninguém na Junta de Freguesia, saíria às seis ao invés de sair às quatro, só para fazer duas horas, o que acontecia sim, eram as funcionárias que faziam os transportes dos meninos, porque esses eram para além do horário normal de trabalho, faziam horas extraordinárias. Portanto, essas pessoas estariam a fazer horas extras porque saíram às quatro e ainda teriam que ir buscar os meninos, que saíam às seis e ainda havia a questão do funcionamento do Mercado de Levante aos Sábados. Eram unicamente essas duas situações em que se gastavam as horas. Excepcionalmente, quando eram, por exemplo, as comemorações do Natal, havia três ou quatro funcionários, para ajudar, que faziam horas extraordinárias.-----

A eleita **Cláudia Martins** ressaltou que ainda assim, para a dimensão das três freguesias, a quantidade de trabalhadores, era muito diminuta.-----

Seguidamente o eleito **Mário Costa** referiu sobre a dificuldade na contratação face às obrigações necessárias e sugeriu que provavelmente o atual, não seria o melhor modelo de gestão e teria que ser repensado outro, mesmo recorrer ao estilo de contratação externa, eventualmente aproveitar essas verbas que poderiam ser reformuladas e pensar-se na entrada de um técnico superior, que a Junta não tinha, e alterar significativamente esse modelo de gestão.-----

Em seguida o eleito **Alexandre Café** aproveitou para declarar que concordava com a opinião do eleito Mário Costa em relação à falta de um técnico superior na Junta. Outra questão que colocou foi a abertura de dois concursos para técnicos operacionais, que ficaram por preencher, e irem optar por substituir essas duas vagas por dois auxiliares administrativos, que seria diferente dos assistentes operacionais, cujos eram necessários, e como iriam colmatar essa lacuna. Em relação aos assistentes administrativos, seriam para assegurar a delegação de São João dos Montes, mas uma vez que iriam abrir dois concursos, gostaria de saber onde é que iriam ser colocados, também tendo em conta a eventual saída de alguns trabalhadores do quadro, pelo menos as saídas previstas.-----

O Senhor **Presidente Junta de Freguesia** esclareceu que não se afigurava nenhuma saída, porque qualquer um dos funcionários estavam longe dos 66 anos, para ser reformado, a não ser que quisessem sair por livre iniciativa deles. Concluiu que o Orçamento da Junta não permitia contratar mais pessoas, não era que a mesma não precisasse, mas, perante a situação, tinham que fazer opções. Era unânime a opinião que a Junta queria fazer face a todas as necessidades e que essa realidade passava pelo número de pessoal para colmatar todas as funções para que o serviço prestado pela Junta funcionasse na íntegra e deu como exemplo o facto de ali, naquela própria Assembleia estar uma pessoa a coadjuvar que era uma técnica do Fundo de Desemprego, a prestar um serviço, sem sequer ser dos quadros da Junta. Acrescentou que aquela, e outras, eram situações que queria evitar que acontecessem, e a decisão deles, caso fosse aprovada em Assembleia de Freguesia, seria para caminhar para aí. Aproveitou ainda para explicar que optaram por auxiliar e não por técnico, porque para este segundo, seria necessário inscrever numa bolsa de emprego da Administração Pública e, quando assim era, os funcionários de outras Juntas de Freguesia podiam pedir mobilidade e sobrepor-se a qualquer outro que até pudesse ser mais competente e até mais novo, e com mais vontade.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 5, Mapa de Pessoal, cujo foi aprovado com oito votos a favor, do PS, CDS e CNG e com cinco votos de abstenção da CDU e do BE.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** apresentou a sua declaração de voto, na qual esclareceu que o motivo da abstenção da bancada da CDU se prendia com o facto de, apesar de compreenderem o facto de não haver verba, não podiam estar de acordo, uma vez que continuavam a achar que eram necessários mais trabalhadores nas três freguesias.-----

#### **Ponto 08 – Contracto de Prestação de Serviços – Posto de Correios de Calhandriz e Cotovios**

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu o conteúdo do Ponto em epígrafe, que constava essencialmente do protocolo entre a Junta de Freguesia de Calhandriz e de São João dos Montes e os CTT, referente ao balcão de prestação de serviço dos CTT, tendo sido ao abrigo desta última que fora aberta a delegação dos Cotovios. Acrescentou ainda que esse mesmo contrato tinha sido renovado, apesar de ruinoso para a Junta de Freguesia, considerando que tinham vindo a cumprir todos os requisitos solicitados pelos CTT, havendo investimento inicial por parte da Junta, depois ressarcido, em cerca de 17€ por cada delegação. Foi considerada a hipótese de a Junta deixar de prestar esse serviço à população, passando a responsabilidade para os CTT, no entanto, após se ter consultado as populações e estas terem pedido que não acabassem com mais esse serviço, e tendo isso em conta, a ANFRE estabeleceu um protocolo com os CTT e foi nesse contexto que se decidiu elaborar um contrato diferente que iria ser apresentado em Assembleia, onde todos os compromissos e

responsabilidades se manteriam, mas o valor que a Junta receberia seria diferente do recebido até então. Ressalvou que não estavam em causa as relações dos trabalhadores dos atuais CTT, porque até se tratava de um serviço da União de Freguesias, e que se poderia ver uma possibilidade, sem assumir compromissos diferentes daqueles que estavam, com um valor mais significativo para a União de Freguesias e mais de acordo com a realidade e com as despesas que a mesma tinha tido, uma vez que foi gasto dinheiro com uma empresa privada, os CTT, em nome de manter mais um serviço às pessoas. Saliu que se, por um lado era mais rentável do ponto de vista económico fazer um contrato, por outro lado havia a questão política e estava-se a falar de dinheiros públicos, que deveriam ser governados com a maior lisura possível do ponto de vista de não prejudicar ninguém. Concluiu que os CTT deveriam sujeitar-se às regras da Junta e não o contrário.-----

Seguidamente o eleito **Carlos Prazeres** referiu que a CDU nunca tinha tido uma posição favorável em relação à substituição de Estações de Correio por Postos de Correio, porque os serviços que eram prestados à população eram na realidade os serviços mínimos de correio e esta continuaria a ter que se deslocar a uma Estação dos Correios mais próxima. Outra questão que se punha, era o facto de os CTT serem uma empresa privada e, como já havia sido mencionado, as despesas eram a cargo da Junta, dinheiro público, e os lucros iam para uma empresa privada. Acrescentou ainda que a CDU tinha tido sempre uma posição contra o encerramento das estações dos CTT e a privatização dos mesmos, e mencionou a necessidade de recuperar o controlo Público dos CTT, que seria a única maneira de fazer voltar o Serviço Público e Universal de Correio ao serviço das populações e não ao serviço de uma empresa privada, em prejuízo das populações e em prejuízo também das Autarquias. O Serviço Público Universal de Correio, fazia uma prestação de excelência e atualmente passara a estar degradado. Referiu ainda a questão dos trabalhadores e da manifestação dos mesmos não ter tido nada a ver com a situação da atribuição de Posto de Correio e questionou que tipo de prestação ou que tipo de qualidade de Serviço Público, os CTT estavam a prestar na freguesia e eles o que quiseram foi dizer às populações que estavam exaustos, porque eram eles que davam a cara e eram eles que estavam a receber reclamações das populações, porque o serviço não chegava atempadamente, e que estavam sujeitos a uma sobrecarga de trabalho proveniente de uma redução de dez postos de trabalho naquele local e que não o conseguiam fazer.-----

Em seguida o eleito **Alexandre Café** afirmou que só não votava contra por causa das populações, mas que também não iria votar a favor. Apesar de o contrato ter levado uma melhoria, não deixava de ser um péssimo contrato. Frisou que os responsáveis por toda a situação da privatização dos CTT eram os partidos que estavam no governo na altura da Troika e que não entendia porque o PS tinha alterado a sua opinião a respeito desse assunto. Mencionou alguns pontos do contrato, em concreto, só com o prévio consentimento dos CTT, era possível fazer o horário, uma não resposta ou um atraso na resposta, considerava-se o pedido indeferido. Alegou ainda a subida dos preços desde a privatização dos CTT, todos os edifícios históricos tinham sido vendidos, portanto, os acionistas continuaram a ter lucro e o

serviço decaiu e, perante o relatório da ANACOM, que chumbou o serviço com falhas de qualidade para os CTT, o atual Governo resolvera, mesmo achando que era mau, renovar a concessão.-----

Seguidamente o eleito **José Rodrigues** salientou, sobre a questão dos CTT, no que respeitava ao contrato de prestação de serviços e em função da explanação do senhor Presidente do Executivo, e tendo apenas como base comparativa, aquilo que existia, que parecia à bancada do PS, que não era por causa da mesma que se estava numa situação em que só poderia ser visto como um ponto positivo, a melhoria e a entrada de mais receita para a Junta de Freguesia. De facto, estavam perante uma melhoria de quase 400 EUR e a assegurar um serviço que já se fazia no passado e que era para a população poder continuar a usufruir dos mesmos e baseado nisso, só poderiam ver com bons olhos a assinatura do contrato de prestação de serviços para que continuasse em funcionamento os Postos de Correios, quer em São João dos Montes, quer na Calhandriz.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** referiu, também em relação ao contrato de prestação de serviço, que o mesmo e, uma vez que naquelas localidades não existia um comércio pujante, que se assumisse como Ponto de CTT, e por isso mesmo, acabaria por se poder considerar este serviço quase como que um “serviço social”. Acrescentou, em relação ao contrato propriamente dito, que os benefícios para a Junta de Freguesia a nível de verba e na questão dos horários, só pesando as duas coisas, deixaria de haver dúvidas quanto à aprovação do mesmo.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** questionou que tipo de serviços públicos teriam no futuro, desde os métodos de contratação a como iriam as autarquias funcionar. Outra questão que colocou foi sobre a saúde e as questões que eram colocadas sobre o que a Junta deveria fazer nessa situação, desde pagar o combustível dos médicos, alugar casas para eles ficarem, soluções que não eram da competência da Junta. Ainda mencionou a situação dos CTT e da sua degradação, o que acontecia muito anteriormente à Troika. Salientou que era uma questão política e, provavelmente, seria até uma política errada para os dinheiros públicos que eram geridos pela Junta e a solução seria acabar com mais um serviço para as freguesias, o que não seria a solução pretendida, uma vez que defendia que cada freguesia devia ter o seu posto dos CTT. Concluiu que, devido aos argumentos expostos, era do entendimento da própria Junta, continuar, talvez com algumas alterações. Sobre os horários, esclareceu que eram iguais, talvez ajustados à realidade de cada um. Os funcionários da Junta iriam continuar a entrar às nove horas e a sair às cinco horas. Iriam continuar a ter os mesmos períodos de férias, as mesmas pontes do Serviço Público para o qual tinham sido contratados e não dos CTT.-----

Seguidamente o eleito **Carlos Prazeres** questionou se esse “caminho” dos Postos de Correio poderia pôr em causa a questão da permanência da Estação de Correio de Alhandra e como poderia ser salvaguardada, uma vez que já houveram outras estações de correio a serem

encerradas e a de Alhandra já estivera duas vezes na lista para ser encerrada. Salientou que era uma preocupação e que seria importante para a proximidade das populações em todo o Serviço Público Universal de Correio.-----

Em seguida o eleito **Alexandre Café** referiu que a degradação dos serviços públicos tivera de facto início antes da Troika, mas salientou que os CTT tinham um serviço de excelência antes da privatização. Expressou a sua concordância com o eleito Mário Costa e que a bancada do BE não votaria contra.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** frisou que a Junta de Freguesia fora questionada sobre fazer balcões dos CTT em Alhandra e que a mesma jamais aceitaria tal, considerou como sendo um compromisso de honra.-----

Seguidamente a senhora **Secretária da Assembleia**, em substituição do **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 8, Contrato de Prestação de Serviços, Posto de Correios de Calhandriz e Cotovios, cujo foi aprovado com seis votos a favor, do PS, um do CDS, uma abstenção do BE e com quatro votos contra da CDU.-----

Em seguida o eleito **Carlos Prazeres** esclareceu na sua declaração de voto que a bancada da CDU estaria sempre contra a que uma Estação de Correios de CTT fosse substituída por um Posto de Correio, fosse numa Junta de Freguesia, ou numa loja, porque dessa forma as populações nunca seriam servidas e frisou "Serviço Público e Universal", a que todos tinham direito e que estava no contrato de concessão, fora assinado ao que fora atribuído pelo Governo Português, era uma entidade privada e que tinha a obrigação de cumprir esse serviço, com as populações. -----

### **Período Reservado à Intervenção do Público**

O senhor **Amílcar Lopes** da Calhandriz, iniciou a sua intervenção colocando algumas questões ao Executivo. A primeira, era relativamente a uma pedra enorme, situada na rua do Mato da Cruz, junto ao Casal dos Fornos e que estava a ser um perigo para a via pública. Outra questão, era relativamente à sensibilização dos novos moradores da zona alta da Calhandriz e das outras localidades no que dizia respeito a limpar os regos que, com as primeiras chuvas, os desabamentos haviam começado na Calhandriz e aproveitou para lançar um desafio ao executivo para o ano de 2023, que consistia em realizar um fórum da União das Freguesias para se poder falar, por exemplo, de saúde e ensino. Sugeriu convidar-se os técnicos responsáveis, os bombeiros voluntários, os responsáveis de saúde e, naquilo que dizia respeito à Calhandriz,



perceber porque é que um aluno da Calhandriz ia para a escola para Alverca e depois sentia-se mal e o médico de família era do Centro de Saúde de Alhandra e, depois, quando acabava a consulta, chamavam-se os bombeiros de Alverca para o levar a casa. Referiu o associativismo, o excesso das coletividades na União de Freguesias. Mencionou também a criação de um Banco de Conhecimento e do Material, já proposto em 2014, ao senhor Presidente, e ao então Senhor Vereador, atualmente Presidente da Câmara. Referiu ainda o Orçamento Participativo e questionou porque é que o mesmo estava sujeito, freguesia por freguesia, a três coletividades, intercaladas, de três em três anos. Referiu também a mobilidade e a acessibilidade e sugeriu falar-se com as pessoas responsáveis e perguntar porque é que, por exemplo, em Alverca, no Forte da Casa ou em Arcena, existiam autocarros de baixa lotação e na Calhandriz existiam autocarros de altíssima lotação. Questionou também, por exemplo, porque é que no Mato da Cruz não havia autocarro há trinta anos, um sítio onde moravam pessoas idosas e que tinham que andar 2 km a pé para o cabeço da Rosa ou 2 km a pé para a Calhandriz. Referiu ainda a questão da segurança, um assunto extremamente importante, quando se tinha a PSP a cinco minutos em Alverca ou a dez minutos em Alhandra, a Calhandriz tinha que telefonar para a GNR da Castanheira do Ribatejo, porque a PSP fazia a segurança urbana e a GNR fazia a segurança rural, mas salientou que tinha sido dito em Assembleia, que a Calhandriz não era rural e estava consignado na Lei que era suburbana. Referiu também o PDM e questionou porque a Calhandriz tinha menos 200 habitantes do que tinha no 25 de Abril, porque é que na altura a escola tinha 100 alunos e atualmente estava fechada. Também questionou porque não se podia construir num terreno que é de família, quando se podia construir um prédio de 5 andares acima da cota da soleira, numa zona que estava classificada como leito de cheia. E também mencionou a questão do Património que, legitimamente muitas coletividades, por exemplo, pediam ao Executivo, que necessitavam desta e daquela infraestrutura, o que na Calhandriz existia uma infraestrutura a degradar-se dia após dia e as piscinas estavam fechadas. Questionou também, por exemplo, sendo a União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e da Calhandriz, porque era que aquela que, no âmbito das linhas de Torres, tinha a maior concentração de fortificações, no que dizia respeito à primeira linha defensiva, continuava a não fazer nada sem ser trabalho de gabinete. Quando muita gente utilizava um simples baloiço para levar lá milhares de pessoas, a Calhandriz tinha uma obra gigantesca e não levava lá ninguém. Sugeriu tentar-se todos juntos perceber, do lado da solução, não do lado do problema, e conseguir fazer melhor. Concluiu dizendo que se devia respeitar o presente, principalmente dignificando aquilo que fora o passado.-----

Seguidamente o senhor **Rui Macieira**, de São João dos Montes congratulou a Junta de Freguesia, e a Assembleia de Freguesia, pelas condições sociais para os trabalhadores do exterior da Junta, que conseguiu que a Câmara fizesse, mas com um atraso de 47 anos, ainda assim em boa hora, porque todo aquele pessoal merecia aquele espaço. Referiu a sua admiração por não ter sido convidado ninguém, da “parte civil”, de Alhandra, para a inauguração. Acrescentou, porém, que gostaria de um dia dar uma vista de olhos para poder se pronunciar melhor sobre aquela obra. Também se referiu à questão da poluição, e sobre a Cimpor, e questionou sobre alternativas para controlar o pó, que não saia pela fuga, era uma

verdade, mas que era o vento que se infiltrava dentro da fábrica e mandava o pó para fora, portanto, havia maneiras de estancar o pó, assim como havia maneiras de estancar o ruído que a Cimpor fazia, era tudo uma questão de vontade e essa vontade, passava pela parte política que tinha que avançar. Referiu também o problema do ruído da REFER, que fora apresentado pela CDU, em Assembleia, que se podia fazer um protesto sobre o ruído dos comboios. O PS não fora de acordo porque a linha ia entrar em obras, mas que as mesmas não tinham começado e que o ruído estava cada vez maior e havia ainda a questão da A10, mas que havia métodos de corrigir esses problemas. Mencionou a A248/3, a estrada para Arruda, e a situação das coberturas de paragens de autocarros que metiam água, por estar tudo roto e ainda havia paragens de autocarros que não tinham cobertura. Referiu ainda as caleiras da estrada até Arruda, todas compactadas, onde a água corria pela estrada, e também referiu o parque em São João dos Montes que fora feito para os miúdos, mas que eles não podiam lá entrar, porque tinha mato muito alto e a rede deitada abaixo. Concluiu que havia diversas coisas a ser corrigidas e São João dos Montes era, das três freguesias, a que necessitava de mais trabalho.-

Em seguida o senhor **António Alfredo** do Executivo, esclareceu as questões colocadas pelo senhor Amílcar Lopes, começando pela pedra que caíra, pesando umas toneladas, e esclareceu que a máquina da Câmara já lá tinha estado mas que não tinha conseguido movê-la, no entanto havia sido sinalizada, talvez mal sinalizada, e estava-se à espera que a Câmara resolvesse parti-la com a máquina, e tirá-la do local. Acrescentou que a Câmara tinha dito que tinham outras coisas mais urgentes a fazer e que depois aquela ficava mais para o fim. Em seguida referiu-se à questão das águas nos caminhos, lembrando que antigamente havia os guardarrios que tinham essas preocupações, agora não existia nada disso. Provavelmente, nem a Câmara teria algum departamento que resolvesse essa questão. Seguidamente, esclareceu a questão da escola fechada, o património, as piscinas fechadas, as Linhas de Torres, e sobre o Fórum. Em relação às Coletividades da Calhandriz, já tinham tido várias reuniões e nunca se chegara a um consenso e de facto, o que acontecera há uns anos atrás, em À-dos-Loucos, a União da Columbófila com um outro Clube, fora benévolo para todos e na Calhandriz se acontecesse uma situação igual a essa seria também benévolo. Quanto à questão do Fórum, seria melhor assumir esse compromisso e marcar uma reunião para conversar.-----

Seguidamente o senhor **Joel Balsinha**, do Executivo, esclareceu relativamente à questão do espaço exterior da Junta, e ao facto da população não ter sido convidada, efetivamente, os partidos tinham sido convidados a estar presentes durante a inauguração, que contou com a presença, entretanto, também do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fernando Paulo Ferreira e também do Vereador João Pedro Baião e também contou com a presença, para além do Executivo, do Presidente da Assembleia de Freguesia e a Vice-Presidente Marina Tiago e a vereadora Manuela Ralha. Relativamente à questão da poluição e do ruído, frisou que eram contextos diferentes, mas sem dúvida uma preocupação tanto para o Executivo como para as bancadas, que ao longo dos anos, também tinham manifestado essa situação nas assembleias de freguesia e não só. Frisou que o Executivo tinha procurado levar essas situações a quem de direito, também para fazer valer as preocupações da população,

para que se chegasse a uma resolução. Em relação à EN 248-3, mencionou que, em termos de União de Freguesias e, relativamente aos trabalhos que estavam entregues aos trabalhadores dessa mesma União, ter-se-ia que levar à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira o aspeto mencionado pelo senhor Rui Macieira. Relativamente ao espaço referido, em São João dos Montes, o mesmo espaço com a rede caída e as ervas, a União de Freguesias tinha feito a limpeza em redor do mesmo, só que, entretanto, começara a chover, mas garantiu que assim que possível, também iriam proceder à limpeza das ervas naquele local. Referiu ainda, em relação às paragens dos autocarros, que tinha sido feita também essa mesma identificação para que viesse a ser tratado, e esclareceu a questão levantada pelo senhor Amílcar Lopes, sobre as dimensões dos autocarros e que iriam analisar uma hipótese de colocar um autocarro de pequena dimensão, para se conseguir proporcionar à população da Calhandriz e de São João dos Montes, mais opções no serviço de transporte.-----

## **Ponto 02 – Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento**

Seguidamente, o senhor **Nuno Silva** do Executivo prestou esclarecimento sobre a revisão orçamental e frisou que devia-se em consequência de algo que já tinha sido falado noutras Assembleias de Freguesia. Salientou que, no ano de 2022, uma das apostas do Executivo, tinha sido tentar otimizar e ser mais eficaz na cobrança de receita, uma vez que a tendência era sempre de se colocar a tónica de todas essas questões do lado da despesa, o ter que se poupar. Acrescentou que era evidente que se tinha de poupar, mas que era importante gastar. Salientou ainda que não se podia deixar de fazer outra coisa que era extremamente importante, que era cobrar aquilo que efetivamente tinha que ser cobrado e das poucas receitas próprias que a Junta de Freguesia já tinha, não se podia fazer vista grossa às poucas que havia, teriam que ser otimizadas e também tentar ser mais eficazes na sua cobrança, e concluiu que isso era de facto o que acabara por acontecer esse ano e que era nesse sentido que estavam a apresentar a revisão. Esclareceu ainda alguns pontos do documento que estava a apresentar, tais como a questão do reforço a nível de mercados e feiras, efetivamente a cobrança das taxas de mercado melhorara e esperava-se que pudesse vir a melhorar ainda mais em 2023, assim como na ocupação da via pública. Na publicidade, onde tinha havido alguma dificuldade na cobrança, e falava-se sobretudo dos monopostos, dos outdoors que, por incrível que pareça, era das mais difíceis de cobrar, porque as empresas escusavam-se por todos os meios a pagar a tempo e horas e, devido a tal, tivera que se fazer de facto um reforço da rubrica, porque se conseguira cobrar receita que estava atrasada e que não se estava a conseguir cobrar. Frisou que a verba para animais, portanto, para canídeos e que se previa, pelo desempenho orçamental, que já tinha sido aprovada no dia 17 de Novembro. Salientou a verba do IEFP, que tinha que ver com reembolsos por conta dos programas de pessoas colocadas através do IEFP e que entretanto foram também recuperar. Frisou a verba da Legal, que era um abono para eleitos locais, mas que tinha que ver com atualizações e retificações que tinham sido feitas, nomeadamente no vencimento do Presidente da Junta de Freguesia, decorrente da aprovação

tardia do Orçamento de Estado. A Legal só fizera esses acertos muito à posteriori, portanto, a rubrica tivera que ser reforçada, para se poder integrar esse dinheiro que a mesma tinha pago. Saliu a rubrica Associações de Freguesias, que tinha a ver com a questão do gás e esclareceu que, quando tinha sido feita a revisão, percebera-se que se tinha que fazer a revisão orçamental, e surgira uma grande dúvida, uma vez que já havia o Protocolo da ANAFRE, no entanto havia a questão de quantas pessoas é que iriam acorrer ao serviço, portanto, a dotação que fora colocada era de um valor que visava precisamente a questão do gás. Esclareceu ainda que havia pequenos ajustes a nível da venda de valores selados, museu, das sepulturas e utilização das casas mortuárias que, pelo desempenho e pela execução orçamental que até à data, traduzia-se, do lado da despesa no reforço, sobretudo de algumas dotações para algumas rubricas que se percebeu que estavam a precisar. No que dizia respeito a prémios, condecorações e ofertas, não havia nada a destacar, e a verba incluía as despesas com a festa de Natal. Havia ainda a salientar um reforço para a eletricidade, devido ao aumento dos custos e mais um reforço para as coletividades, acrescentando que esperavam fechar o ano com um apoio às mesmas. Quanto aos Órgãos da Autarquia, havia o valor correspondente ao gás, porque era um valor que entrava, mas que também saía, portanto tinha que ter a respetiva dotação ao nível da despesa e da receita.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** referiu, em relação à receita, que de facto seria seguir um bom caminho. Saliu um ponto na questão da limpeza, higiene, questionando se seria por causa de produtos químicos, uma vez que houvera um aumento moderado. Referiu ainda uma alteração no valor, concluindo que deveria ter a ver com o aumento desnivelado.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** congratulou, em primeiro lugar terem conseguido ir buscar mais receita e que a abordagem estava correta, uma vez que não se poderia ver só a despesa, mas ter-se-ia que ver também o lado da receita. Questionou porque havia menos três mil euros do IMI, que seria uma entrada de receita, e pediu esclarecimento ao Senhor Tesoureiro. Referiu ainda os prémios, condecorações e ofertas, que se poderiam considerar gastos, assim como os festivais, exposições e similares, e também pediu esclarecimento para esses itens.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** questionou relativamente à receita das taxas da Festa de São João Batista e também sobre o aumento significativo nas rendas, pedindo esclarecimento sobre a origem das mesmas.-----

Seguidamente o senhor **Nuno Silva** esclareceu que estavam a olhar para um documento que estava correto, o que acontecia era que esse documento tinha as dotações iniciais e as dotações retificadas e nem todas estavam a ser retificadas naquela reunião, o que se estava a discutir eram as rubricas, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, ou seja, quando se olhava para aquele documento, o risco era esse, estava tudo certo, mas, na verdade, era a

compilação de tudo aquilo que fora no fundo, a evolução orçamental desde a dotação inicial, desde Janeiro até ao presente dia.-----

A eleita **Cláudia Martins** frisou que havia um documento posto à votação e que surgiriam sempre questões. Questionou, relativamente à despesa, o porquê de um valor tão elevado nas horas extraordinárias, retificado, uma vez que já fora dito em Assembleia que se devia sobretudo aos mercados, aos trabalhadores que iam trabalhar ao Sábado, para assegurar o mercado, ou seja, não era uma coisa nova, então o porquê do valor ser tão superior àquilo que estava inicialmente orçamentado. O eleito Alexandre Café já colocara a questão, relativamente aos prémios, condecorações e ofertas, e a CDU questionou também porque estava inicialmente orçamentado num valor e a retificação era tão superior. Na aquisição de serviços, 0202, também havia um valor significativo de aumento e questionou qual havia sido a aquisição feita para ter havido um aumento de tão elevado, ou seja. Quanto aos seminários, exposições e similares, que o eleito Alexandre Café também já tinha mencionado, havia igualmente um aumento bastante alto. Os serviços bancários também estavam na mesma situação. Questionou o porquê desse valor também tão elevado e depois ainda as outras despesas correntes.-----

O eleito **João Vendrel** referiu que as questões que tinham para colocar, basicamente eram as mesmas que já haviam sido e solicitaram esclarecimento em relação às mesmas.-----

Em seguida o senhor **Nuno Silva** esclareceu que alguns pontos não se prendiam com a revisão orçamental em discussão, uma vez que as questões colocadas pelas bancadas diziam respeito à primeira e segunda revisão orçamental, portanto teriam sido discutidas no seu momento próprio. Frisou que aquele documento pelo qual se estavam a guiar, estava correto, ele mostrava a dotação inicial em um de janeiro de 2022 e depois a dotação retificada, que se veio a verificar no momento da elaboração do mesmo. Acrescentou que nem todas as rubricas estavam a ser alvo de qualquer revisão, fosse a nível da receita, fosse a nível da despesa, mas sem prejuízo disso, e começou por esclarecer o eleito Alexandre Café quanto à questão que colocara e que dizia respeito à revisão orçamental, que tinha que ver precisamente na questão da receita, o valor de anulação ao nível do imposto municipal sobre imóveis, ele era recebido só quando efetivamente a autoridade tributária cobrava o IMI, não quando liquidava. Pela execução orçamental que se estava a ter à data da aprovação da preparação dos documentos para aprovação em reunião de executivo, que fora a 17 de Novembro, e que foram aprovados, tudo levava a crer que provavelmente se iria ter uma cobrança de IMI mais baixa do que aquela que teria sido orçamentado e, portanto, havia que rever essa dotação, porque senão ir-se-ia ficar com uma receita que não iria ser cobrada, da mesma forma que se tinha cobrado efetivamente aquilo que era devido à Junta de Freguesia, também não podendo inflacionar documentos com receitas que não viriam e, portanto, a opção tinha sido retirar um valor, portanto assim fora feito, mas ainda informou a Assembleia, que precisamente no dia vinte de Dezembro, as finanças tinham pago um valor. Esclareceu que não iria haver problemas em termos de revisão, porque era perfeitamente possível fazer uma alteração permutativa dentro do orçamento do lado da

receita para acomodar esse diferencial, portanto, essa questão, para além de outras, nomeadamente a questão da rubrica dos prémios, condecorações e ofertas, também fora alvo de uma revisão orçamental. No que respeita à questão dos seminários e exposições, tinham uma rubrica de onde saíam muitas atividades de todo o tipo, realizadas pela Junta de Freguesia, desde muitas alocadas, nomeadamente aos festejos de São João, como numa série de outras, desde exposições, diversas atividades, portanto, seria nessa rubrica que iriam encontrar, esclarecendo a questão que fora colocada pela bancada da CDU porque tinha subido imenso a rubrica de seminários. Salientou uma rubrica que de facto, disparou, que tinha que ver precisamente com a questão das festas de São João, e daí, quando se via a dotação inicial e a dotação corrigida, esse valor era tão diferente, porque efetivamente, quando chegara aquela altura, percebeu-se que havia condições, então ir-se-ia proporcionar às pessoas umas festas de São João mais ricas, com mais atividades e naturalmente, tudo isso custara dinheiro, para além de que dois anos volvidos efetivamente, tudo estava substancialmente mais caro.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 2, Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento, cujo foi aprovado com seis votos a favor, do PS, um do CDS e um da Coligação Nova Geração e com um voto de abstenção do BE e quatro votos contra da CDU-----

### **Ponto 03 – Orçamento da Receita e da Despesa para o Exercício de 2023**

e

### **Ponto 04 – Plano Plurianual de Investimento para o Exercício de 2023**

Em seguida o senhor **Nuno Silva** começou por agradecer aos membros do Executivo a cooperação de todos, bem como de todo o apoio na área da contabilidade da Junta de Freguesia, como dos funcionários que tinham colaborado para a elaboração do orçamento e a todas as bancadas da Assembleia de Freguesia. Em seguida começou a apresentação do orçamento, frisando o facto de que, em relação àquele que fora o orçamento de 2022, era um orçamento com um acréscimo de 8,46%. Tinham querido investir obviamente à escala daquilo que a Junta de Freguesia podia fazer na União de Freguesias e elas cresceram a esse nível. Referiu a ideia de recolher contributos e tentar integrá-los, na medida do possível, no orçamento, e procuraram fazê-lo da melhor forma que conseguiram e, começando pelas propostas das bancadas, nomeadamente a CDU, e também o BE que tinha que ver com a criação de eventuais taxas sociais para pessoas em situações de carência económica, que houvesse um desconto, previsto à partida, para essas pessoas, isso iria ser discutido mais à frente e iria estar no regulamento de taxas, adiantou que não iria ser feita nenhuma percentagem de desconto para pessoas em situação de carência económica, mas iria haver uma isenção para pessoas nessa situação. Salientou outras questões colocadas pelas

bancadas, tais como as requalificações das zonas verdes (referiu o aumento da dotação para intervenções nessas áreas); Jogos/Olimpíadas, da União de freguesias (também acolhida no orçamento) e referiu ainda que as dotações presentes no orçamento, eram dotações iniciais. Em seguida referiu a questão dos funerais sociais, que estavam previstos na Lei, que obrigava as próprias agências funerárias a ter este funeral social e não se podiam escusar. Em relação aos painéis solares ou fotovoltaicos nas delegações da Junta de Freguesia, esclareceu que já estavam a fazer consultas, e já estavam à espera das primeiras indicações por parte da EDP Universal, e estavam em contacto para perceber exatamente como é que tudo isso funcionava e, tentar começar pela delegação de Alhandra, que era aquela que, sem dúvida tinha um consumo maior e, portanto, estava aberta também a rubrica com dotação para esse propósito. Quanto à qualificação do Mercado de Levante, era a própria Câmara Municipal que iria intervir a esse nível. Relativamente à questão da sinalização das passeiras para peões, tinha dotação e já tinham os primeiros orçamentos, era muito mais caro do que se imaginava, no entanto já tinha rubrica aberta e iria ser feito. Referiu também a proposta apresentada pela CNG, em relação ao embelezamento, com a colocação de floreiras, nos diversos lugares e localidades da União de Freguesias e frisou um projeto ao qual chamaram “Alhandra em Flor”, onde a sugestão era motivar as pessoas a colocarem as flores nas suas varandas para embelezar as ruas em todas as localidades. Em seguida referiu a questão da Literacia Digital, com a questão interjecional, e que já havia dotação aberta para a questão da sala de cidadania. Acrescentou que, no âmbito da Comissão Social de Freguesia, uma das questões que iria ser abordada, seria a questão da literacia digital, sobretudo para os menos novos e seria positivo promover essa aprendizagem, essa troca de conhecimentos entre os mais novos e os mais seniores para promover na União de Freguesias a literacia digital. Saliu que, em termos das receitas, ir-se-ia continuar a trabalhar na otimização da cobrança de receita. Era expectável, nomeadamente ao nível do Mercado de Levante, que a receita viesse a ser bastante superior, até fruto da reorganização e da recuperação do mesmo. Saliu ainda a questão dos gastos com o pessoal dentro do Orçamento da Junta, ainda referiu a nível da limpeza, higiene urbana, e as festas de São João e outros eventos.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** congratulou o Executivo pelas sugestões e os contributos, lembrando a questão dos painéis solares, que era uma questão de descarbonização, mas também de poupança de energia, de soberania energética, o que, a longo prazo, seria um investimento que traria resultados. Congratulou também pelo investimento na Plataforma Elevatória no Museu, questionando, no entanto, se era uma plataforma elevatória ou uma cadeira elevatória, salientando se a dimensão da escada daria para instalar uma plataforma elevatória, apesar de que a mesma permitiria mais autonomia do que propriamente uma cadeira elevatória.-----

O senhor **Nuno Silva** esclareceu que tinham vários orçamentos e que, realmente a questão do espaço limitava um pouco, porque não permitia instalar qualquer tipo de sistema. No entanto, salientou que aquele que fosse instalado, seria aquele que poderia funcionar.-----

O eleito **Alexandre Café** esclareceu que a dúvida que tinha prendia-se se era uma plataforma elevatória ou uma cadeira elevatória. Questionou ainda em relação à aquisição de licenças de software, e reforçou a sua sugestão de um software livre, onde se poderia poupar dinheiro, mesmo que se investisse na formação de pessoal para trabalhar com o mesmo, mas, na sua opinião, seria vantajoso. Por último, solicitou esclarecimentos sobre uma requalificação do edificado da Junta, qual era e em que pé estava a situação.-----

Seguidamente a eleita **Cláudia Martins** salientou que a avaliação que a bancada da CDU fizera do orçamento era uma avaliação política. Aproveitou para congratular a colocação das Olimpíadas, que era algo que já tinha sido mencionado pela própria CDU e que estava no seu programa e salientou que ao invés de Olimpíadas de Alhandra, seria mais positivo se fosse algo relativamente às três freguesias. Frisou que, apesar do orçamento ter subido os 8%, continuava a ser um orçamento pobre e que sabiam bem que o dinheiro “não caía do céu”, aliás, ao longo de todas as Assembleias, era algo que até o próprio Executivo dizia, na pessoa do Senhor Presidente, “não se faz mais porque não há dinheiro”. Referiu que o orçamento, tinha um valor para o pessoal, sempre igual e no qual não se mexia, outra grande parte do orçamento era para fazer os tais serviços que eram transferidos pela Câmara Municipal. Acrescentou ainda que o valor apresentado não era suficiente para fazer face ao que as três freguesias necessitavam, passando logo pelo número de trabalhadores e também salientou que tanto em São João dos Montes como na Calhandriz, apesar de haver coisas que eram genéricas e transversais às três freguesias, não havia iniciativas semelhantes às de Alhandra, e mencionou as Festas do São João, mas que, no entanto, tinha conhecimento que tanto a Calhandriz fazia as suas festas, com Movimentos Associativos e que São João dos Montes, que também tinha a sua festa, e que poderia ser retomada. Referiu também, relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, que a rubrica para o Teatro Salvador Marques, não era um grande investimento, era mais requalificações necessárias, que havia sido referida pelo Senhor Presidente, no entanto, sabiam ser uma opção política, mas que fosse uma opção política exigir da parte da Câmara Municipal que, de facto, cumprisse com aquilo que já vinha há muitos programas eleitorais a dizer. Referiu-se também relativamente aos Fundos Públicos Europeus, falado já no mandato anterior, e em Reunião de Câmara Municipal, mas que continuava a não sair do papel. Concluiu que a CDU iria votar contra este orçamento porque sentia que era um orçamento pobre para aquilo que as três freguesias precisavam.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** procedeu à leitura da Declaração de Voto do CDS, em anexo à Ata.-----

Seguidamente o eleito **José Rodrigues** agradeceu o esclarecimento inicial dado pelo Senhor Tesoureiro, o que tinha sido mais fácil para todas as bancadas e, debruçando-se sobre o orçamento detalhadamente, frisou que a bancada do PS, se congratulava com o facto de haver por parte do Executivo uma preocupação constante que era possível arrecadar mais receita efetivamente, e que, apesar de todos os constrangimentos e incertezas, via como sendo uma



melhoria, o aumento de 8%, na parte da receita. Referiu também outro ponto, também considerado bastante positivo, o não crescimento das despesas com o pessoal, mesmo incluindo os dois novos funcionários, porque uma das questões era efetivamente a grande fatia dedicada às despesas com pessoal e, não havendo essa subida, era muito positivo, no ponto de vista da bancada do PS. Referiu então aumentos significativos, em várias rubricas, como por exemplo a eletricidade, gasóleo, combustíveis, devido ao clima de incerteza e de grande inflação sentidos e que se estenderia ainda no próximo ano, o que fazia todo o sentido, tal situação estar prevista nos novos valores. Congratulou de igual forma a questão da subida dos valores dedicados à limpeza urbana, porque era algo que também costumava vir a Assembleia, e de igual forma a atuação do Executivo na União de freguesias e também, apesar de todas as incertezas, haver o crescimento da verba dedicada às festas de São João e o esforço feito pelo Executivo em manter o apoio às Coletividades e às Forças Vivas da freguesia, que realmente faziam um excelente trabalho no que tocava à dinamização cultural, social, da União de Freguesias. Quis dar também uma nota sobre o acolhimento que fora dado a uma proposta, para integrar novas iniciativas e a investimentos que teriam lugar no próximo ano, e de incluir tudo aquilo que fossem boas ideias para o enriquecimento da freguesia e, por último, só uma nota, que de facto todas as forças políticas reconheciam que os valores, a nível da receita, eram diminutos.-----

Em seguida o eleito **Oswaldo Pires** procedeu à leitura da Declaração de Voto da CNG, em anexo à Ata.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** subscreveu uma observação feita pelo eleito do CDS sobre a forma como fora apresentado o orçamento, numa folha, documentos com fracos contrastes entre as letras a negro e o fundo do papel a branco, de difícil leitura e que, realmente, até com gráficos poderia facilitar um pouco a leitura do orçamento, além da questão de contraste, o que dificultou bastante a leitura e a análise do orçamento, de qualquer forma reconheciam o esforço no crescimento de investimento e do acolhimento das propostas que a bancada do BE considerava benéficas para a União de freguesias e para quem vivia, trabalhava e estudava na mesma.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 3, orçamento da receita e da despesa para o exercício de 2023, cujo foi aprovado com seis votos a favor do PS, um do CDS e um do BE, uma abstenção da CNG e quatro votos contra da CDU-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** procedeu à leitura da Declaração de Voto do CDS, em anexo à Ata.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 4, Plano Plurianual de Investimentos para o Exercício de 2023, cujo foi aprovado com seis votos a favor do PS, um do CDS e um do BE, uma abstenção da CNG e quatro votos contra da CDU-----

O eleito **Oswaldo Pires** solicitou que a sua intervenção, fosse convertida em Declaração de Voto, em anexo à Ata.-----

#### **Ponto 06 – Regulamento Tabela de Taxas e Licenças para o Exercício de 2023**

O senhor **Nuno Silva** referiu que a tabela de taxas da União de Freguesias, quando comparada com as tabelas de taxas em vigor nas outras freguesias e uniões de freguesias do Concelho, fica, de facto, muito abaixo. Esclareceu que na reunião com as outras bancadas, no exercício do direito de oposição, fora salientada essa preocupação e havia que encontrar uma situação de equilíbrio, em termos da tabela de taxas e então tinham encontrado um critério, que era aplicar a taxa de inflação. Concluiu que se procurou encontrar situações de equilíbrio que não onerassem excessivamente os particulares e que chamasse à responsabilidade aqueles que, no fundo, também desenvolviam atividades lucrativas e a esses sim, tinham aumentado os preços.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** sugeriu que na apresentação do orçamento se optasse por linhas, o que seria mais fácil para a leitura da tabela de taxas, porque lhe suscitou algumas dúvidas e, podia muito bem ter sido por não ter visto bem, como por exemplo a questão das irunações, em caixão de madeira, salientando o aumento de um ano para o outro, superior a 20%. E ainda referiu os alugueres de ossários, que tinham quase triplicaram o preço e a própria utilização da casa Mortuária tinha o custo agravado em mais de 25%. No seu entendimento, em relação ao ano de 2022 para 2023, haviam outras taxas que não tinham tido um aumento assim tão grande, mas aquelas que havia referido estavam com um aumento muito elevado. Outra situação que referiu, foi sobre uma proposta que tinha sido feita, ao abrigo do direito de oposição, pelo BE e que não aparecia mencionada, que se prendia pela isenção de taxas para canídeos e gatídeos que estivessem esterilizados, e que não estava presente no regulamento. Salientou as várias vantagens da esterilização, que eram uma das principais estratégias de controlo de natalidade, no caso de abandono de animais de estimação, já que ajudava a reduzir o número de grandes ninhadas e, por consequente, o número de animais abandonados, referindo que, com essa proposta, promover-se-ia o controlo da população animal, com menos cães e gatos a circularem sem dono no espaço público, bem como proporcionaria uma melhoria da saúde pública, porque os animais errantes eram potenciais portadores de doenças e ainda melhoraria a saúde dos próprios animais. Concluiu que era do seu agrado que essa proposta tivesse sido incluída e não o foi e solicitou esclarecimento para os aumentos que tinha referido em epígrafe.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** referiu que, em relação ao regulamento das tabelas e taxas, os aumentos, embora mais comedidos, eram espectáveis. Salientou desconhecer como iriam proceder em relação a algumas situações de cobranças, principalmente em relação a algumas rubricas relacionadas com publicidade e afins. Referiu, também, as situações de isenções, dando como exemplos, os fins militares, o Centro de Emprego, as pessoas singulares e as confirmações referidas por estudantes. Relembrou que já havia mencionado, no ano anterior, que no caso das isenções, deveria ser considerada em relação à prova de vida, uma vez que haviam muitos reformados atualmente, que tinham amealhado ao longo da vida, portadores de seguros ou até empresas que lhes facultavam e que tinham que fazer anualmente a prova de vida e, não havendo muitas instalações bancárias ou de seguros na área da União de Freguesias, eles tinham que recorrer à Junta de Freguesia e eram cobradas taxas por causa de um atestado. Em relação ainda aos canídeos e gatídeos, as pessoas pagavam de facto as licenças e no ato do pagamento da licença deveria ser considerada a entrega de um rolo de sacos para apanharem os dejetos, o que seria uma forma simpática de chamar a atenção dos tutores, ou donos, dos animais para o comportamento cívico que deveriam ter.-----

Seguidamente a eleita **Cláudia Martins** referiu, relativamente às taxas, que a bancada da CDU ir-se-ia abster na votação e que só não votaria a favor, porque os aumentos de 20% e nomeadamente os valores referentes aos ossários e ao aluguer da casa mortuária, tinham tido um aumento substancial. No entanto não deixou de congratular a colocação de isenção de taxas para pessoas que tenham dificuldades económicas.-----

Em seguida o eleito **João Vendrel** congratulou a forma como tinham sido elaboradas as taxas e considerou que os aumentos eram dentro do que era possível, face ao ano que se avizinhava, com grandes dificuldades. Acrescentou que considerava que tinha sido feito um bom trabalho, relativamente a essa rubrica.-----

O senhor **Nuno Silva** esclareceu a questão das inumações, em relação ao aumento, que era efetivamente de 6%, o que acontecia era que até então, pagava-se uma taxa de inumação e quando era feita a primeira exumação, pagava-se outra taxa. O que acontecia, sobretudo no Cemitério de Alhandra, era, muitas vezes, o abandono dos restos mortais, o que era muito maior do que se podia imaginar e, quando era altura de fazer uma exumação, ela acabava por não ser paga. No seguimento, esclareceu que o que acontecia era que se passaria a pagar o valor da inumação mais o valor da exumação mais os 6% de aumento, em caixão de madeira, ou em caixão de zinco. O que passaria a acontecer era que no momento da inumação, passaria a ser paga logo a primeira exumação, o que não queria dizer que eventualmente não tivesse que acontecer uma segunda, caso os restos mortais não pudessem ser exumados, mas diminuiria drasticamente a situação de abandono. Acrescentou ainda, em relação à questão da utilização da casa mortuária que a mesma tinha das taxas mais baixas, e esclareceu que a Casa Mortuária, sobretudo, a de Alhandra, era utilizada quase todos os dias, porque era muito procurada, por pessoas que faleciam noutras áreas e a despesa e o gasto que trazia, a nível de

limpeza, manutenção constante, que era quase diária, era muito elevada, logo a taxa não podia ser inferior àquilo que era o custo do serviço e percebeu-se esse diferencial. Concluiu que não se podia no atual orçamento, especificamente nas tabelas e regulamento apresentados, acolher todas as sugestões, mas que haviam sido tomadas em consideração e, eventualmente, iriam ser acolhidas em 2024.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 6, Regulamento, Tabela de Taxas e Licenças para o Exercício de 2023, cujo foi aprovado com seis votos a favor do PS, um do CDS e um da Coligação Nova Geração, uma abstenção do BE, e quatro da CDU-----

### **Ponto 07 – Autorização Prévia Genérica Prevista na Lei dos Compromissos**

O senhor **Nuno Silva** referiu que o presente ponto não carecia de grandes apresentações, uma vez que o mesmo decorria da aplicação da própria lei.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 7, Autorização Prévia Genérica Prevista na Lei dos Compromissos, cujo foi aprovado por unanimidade.-----

### **Ponto 9 – Moções/Propostas e Recomendações**

O CDS apresentou a Recomendação “**Sala Nómada Digital**”.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que por ser uma recomendação, não era votado.-----

Em seguida a eleita **Flávia Pimenta**, do PS, referiu que a bancada do PS dava um parecer muito favorável a essa recomendação, e acrescentou que a sala teria que ser um espaço comum, com condições de Wi-Fi, perfeitamente acessíveis e não esquecendo o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que os nómadas digitais poder-se-iam deslocar e podiam ser pessoas com mobilidade reduzida e, portanto, uma vez que a sala recomendada tinha um elevador, o que fazia com que fosse perfeitamente viável. Saliu, no entanto, que haviam outros espaços na freguesia, que podiam ser viáveis a tal e que podiam ser alvo de

estudo para tal. Referiu que também seria uma atração para jovens e todos tinham conhecimento que a União de Freguesias requeria isso.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** questionou onde seria o local para a sala nómada. Sugeriu ainda o piso superior do mercado, no restaurante panorâmico e frisou que decidiria o seu voto, após esclarecimentos.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** referiu que a bancada da CDU partilhava da opinião do eleito Alexandre Café e que também concordavam que a sala em questão poderia ser mais válida, por exemplo, para o Movimento Associativo. Sugeriu realmente as salas do mercado para a proposta da Sala Nómada.-----

Seguidamente a eleita **Flávia Pimenta** em relação ao que o eleito Alexandre Café tinha referido, esclareceu que tinha havido um projeto para o mercado de Alhandra, para salas de co-working, que também se poderia aplicar à questão em discussão. Salientou que a sala do espaço para a cidadania poderia ser conciliada com a sala de nómadas digitais. Acrescentou que, em relação à sala redonda para o projeto associativo, tinha conhecimento que já havia sido um restaurante e um ginásio, e não sabia até que ponto é que as piscinas municipais podiam abrigar a nível de associativismo.-----

Em seguida o eleito **João Vendrel** esclareceu que as salas no mercado não podiam ser usadas porque não tinham acessibilidade.-----

Seguidamente o eleito **Oswaldo Pires** concordou que era uma ideia bastante boa, como princípio de trabalho, uma vez que quando a piscina tinha sido intervencionada, ainda não abria o ginásio. Quanto à questão do ruído, frisou que era uma questão de insonorização ou não, da sala. A nível do mercado, esclareceu que tinha conhecimento que existia um projeto para pôr um elevador para pessoas de mobilidade reduzida. No entanto, frisou que a questão principal era, se faz falta uma sala de co-working, de nómada digital. E esclareceu que apoiaria a ideia.---

Em seguida o eleito **Mário Costa** interveio para esclarecer que tinham pensado naquele local, uma vez que já tinha elevador. Não quis deixar de frisar que, eram evidentes os contributos e as interrogações e que poderiam redirecioná-las à entidade que iria instar, ou seja, a Câmara Municipal, e por esse motivo é que era tida como uma recomendação.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** acrescentou, em relação ao mercado, que tinha sido feito o regulamento para o piso superior, acolher o espaço de co-working e que na altura não tinha havido objeção da parte do executivo municipal. Tinha conhecimento que não havia nada feito, mas a responsabilidade era completamente da Câmara Municipal.-----

Seguiu-se a apresentação das duas Moções da CNG “**Rede Móvel Digital**” e “**Limpeza da EN 248/3**”.-----

Em seguida o eleito **José Rodrigues** salientou que o assunto em questão já era recorrente, já tinha sido abordado em assembleias anteriores e que tinham conhecimento que o executivo estava a fazer tudo o que podia, só que às vezes era pouco. Acrescentou que a bancada do PS não tinha qualquer problema em votar o ponto em questão, mas que sugeria à CNG ponderar passar o mesmo para recomendação, uma vez que o próprio executivo estava a acompanhar o assunto e andavam a fazer tudo para o resolver.-----

Seguidamente o eleito **Mário Costa** referiu que, de facto, a moção em discussão já havia sido abordada algumas vezes, mas a verdade era que as pessoas precisavam, no entanto era difícil acompanhar como moção, uma vez que era expresso que se tratava de um serviço privado. Ao aprovar como moção, estariam a substituir quem utiliza as diversas redes, de poder reclamar para o operador que não lhe fornece o serviço convenientemente.-----

Em seguida o eleito **Alexandre Café** referiu que o facto do serviço em questão ser privado, o espaço não deixaria de ser uma concessão pública. Referiu ainda, concordando com a bancada do CDS que era quase uma fraude as pessoas pagarem e terem um péssimo serviço. Evidenciou ainda que, apesar de ser um serviço privado, estava a prestar um serviço público, pago pelas pessoas, cujas tinham todo o direito de ser bem servidas. Concluiu dizendo que não tinha problema nenhum em acompanhar a moção.-----

Seguidamente o eleito **Mário Costa** evidenciou que o problema era exatamente esse, quando a Junta iria substituir as pessoas que são servidas por vários operadores.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** referiu que a bancada da CDU acompanhava a presente moção e que era de opinião que deveria continuar a ser moção, e que aquela situação já havia sido colocada diversas vezes pela própria CDU. Referiu ainda que a Junta de Freguesia poderia ter um papel importante de reforço e de reivindicação perante essas instituições privadas que prestavam um serviço, que era Público, e que, realmente, quando os serviços públicos eram vendidos aos privados, quem sofria era a população e, perante a moção colocada pela nova geração, mais uma vez, estavam perante essa mesma situação. Concluiu que acompanhavam a moção e que eram de opinião que a Junta de Freguesia devia explanar a situação, reivindicar para que o serviço chegasse aos seus fregueses da melhor forma possível.-----

Seguidamente o eleito **Oswaldo Pires** salientou que o mais importante não era quem estava a prestar um serviço, mas sim se existia uma entidade reguladora, porque havia constantemente problemas de rede móvel digital, assim como também de fibra, que não chegava à Calhandriz,

ou a Trancoso. Referiu ainda que o problema não era ser a MEO ou a NOS, o que interessava saber, era que existia uma entidade reguladora, e que tinha que saber que havia falhas de Internet, e que depois seria a ANACOM a ir ver. Salientou que o importante não era quem prestava o serviço, mas sim se a entidade reguladora tomava conta da situação e que essa mesma entidade tinha que resolver o problema.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** lembrou que já se havia levantado essa situação, pressionado inclusive, mas que da forma como estava, não iriam acompanhar a moção.-----

Seguidamente a senhora **Secretária da Assembleia** deu início à votação do Ponto 9.3 Nova Geração, Rede Móvel Digital, cujo foi aprovado com seis votos a favor do PS, quatro da CDU, um da coligação nova geração, um do BE e uma abstenção do CDS. Após a votação, passaram à apresentação da Moção Limpeza da Estrada Nacional 248/3.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** referiu que iria acompanhar a moção, mas queria salientar que sempre se tratava de uma discussão política e que, quando se falava em transferência de competências, prestar atenção ao que se aceitava, uma vez que a estrada em questão tinha sido desclassificada e aceite pelo município de Vila Franca.-----

Em seguida o eleito **José Rodrigues** referiu que essa situação era recorrente, com uma responsabilidade que era da Câmara. Salientou que, quando a estrada passou para municipal, de certeza que veio “um bolo de dinheiro atrás”, e, que provavelmente não tinha sido um milhão por quilómetro. Concluiu que estavam a favor e que era lógico que a situação se estava a tornar demasiado perigosa, principalmente com as novas urbanizações e que se estava a agravar cada vez mais, principalmente com as chuvadas.-----

Seguidamente o eleito **Mário Costa** acrescentou que a bancada do CDS iria acompanhar a moção, independentemente do que já fora dito, quer pelo eleito Osvaldo Pires, quer pelo eleito João Vendrel, acrescentando outra situação, que eram os muros de contenção, muito antigos, que estavam praticamente a cair, e que mereciam a atenção da fiscalização municipal.-----

Seguidamente a senhora **Secretária da Assembleia** deu início à votação do Ponto 9.2 Nova Geração, Limpeza na estrada nacional 248/3, cujo foi aprovado por unanimidade.-----

Seguiu-se a apresentação das duas Moções da CDU “**Contratos Interadministrativos**” e “**Saúde**”.-----

Em seguida o eleito **João Vendrel** concluiu que a moção não fazia sentido colocada como estava, não pondo em causa os valores indicados, verificava-se que a moção estava definida de falta de objetividade, não deveriam ser feitas comparações quando se falava da transferência de competências, concluindo que a moção era pequena, e tinham como entendimento do texto como uma forma de processo de negociação entre a Junta de Freguesia e a Câmara de Vila Franca de Xira, caso fosse aprovado, portanto votariam contra.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** referiu que realmente o orçamento que estava a ser discutido era diminuto, mas que não fazia sentido não votar a favor da moção apresentada.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** assinalou a questão da verba transferida para Loures e para Vila Franca de Xira, apesar de não ser comparável. O orçamento da Câmara Municipal de Loures fora aprovado no fim de Novembro, e era de 206 milhões. E o orçamento da Câmara de Vila Franca de Xira fora aprovado na terça-feira e era de 97 milhões, 800 e tal mil, portanto, era comparar o incomparável. Por outro lado, referiu que tinha estado na Assembleia Municipal e que a CDU votara contra a verba para as Juntas de Freguesia.-----

Seguidamente a eleita **Cláudia Martins** salientou que, quando se pediu que a Junta de Freguesia exigisse da Câmara Municipal a atualização dos montantes transferidos ao abrigo de transferência de competências e do contrato Inter-administrativo, não inferior ao valor da inflação, acumulando durante a vigência do momento, estava a ser bem objetivo e claro. Acrescentou que as Juntas de Freguesia não recebiam o montante que deveriam receber, e deu como exemplo a Câmara Municipal de Loures, cuja percentagem orçamental era bem maior que a da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Concluiu que o que a bancada da CDU pretendia com a presente Moção, era exigir à Câmara Municipal um valor nunca inferior ao valor da inflação, e exigir que a Assembleia Municipal se colocasse ao lado das freguesias.-----

Em seguida o eleito **João Vendrel** referiu que, em relação às verbas transferidas, concordavam que não eram suficientes para servirem os interesses da União de Freguesias. Mas que não podia estar de acordo com um texto que basicamente não lhe dizia nada, não era objetivo, nem fazia comparação possível entre um concelho e outro. Frisou que se estava a falar de assuntos que desconheciam. Concluiu que era realmente um texto muito pobre.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** referiu que de acordo com a deliberação, o que pedia era que houvesse uma atualização dos montantes transferidos, não inferior à inflação e que a Assembleia Municipal se colocasse ao lado das freguesias.-----



Em seguida a eleita **Cláudia Martins** referiu que tinha considerado a intervenção do eleito João Vendrell sem nexos, porque, de facto, a única coisa que se colocava e que se via através da intervenção do PS era mesmo politiquice.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 9.4 CDU, Moção contractos inter-administrativos, cujo foi reprovado com seis votos contra do PS, um do CDS, quatro votos a favor da CDU, um do BE e uma abstenção da coligação nova geração.-----

Seguidamente o eleito **Francisco Mendes**, da CDU, procedeu à apresentação da segunda Moção – Saúde.-----

Em seguida o eleito **José Rodrigues** sugeriu dividir a intervenção da CDU em duas partes, em primeiro lugar, que era uma preocupação de todos, assim como também do Executivo e que não valia a pena voltar a referir coisas que já tinham sido referidas em outras assembleias. Portanto, a questão da falta de médicos no centro de saúde, era por demais evidente e era uma aprovação de todos e dizer que eram os primeiros defensores dessa causa, porque todos estavam empenhados em resolver um problema, que era bastante complicado. Acrescentou que a primeira parte da moção não podia ser acompanhada pela bancada do PS, porque de facto tinha havido nos últimos anos, em determinados setores, um investimento, nos serviços públicos de saúde, mas não se conseguira resolver de um dia para o outro e não se formavam médicos de um momento para o outro. Frisou que era algo que já vinha do passado e que, infelizmente, não era possível, era bastante complicado. No que se referia ao restante texto da moção, nomeadamente, o parágrafo do papel fundamental e preventivo dos cuidados primários, a bancada do PS não teria grande problema em aprovar a moção. Concluiu que se não fosse passível de sofrer alteração e permanecer tal como estava, o PS iria votar contra.-----

Seguidamente o eleito **Mário Costa** referiu que o acesso à saúde tinha tido sucessivos ataques e que, ao falar dos Governos PS, PSD e CDS, se tinham esquecido que a CDU e o BE também tinham feito parte do “Governo Gerigonça” e que, das primeiras coisas que exigiram, fora que terminasse a PPP, que era do Hospital de Vila Franca de Xira, que prestavam um excelente serviço. Em relação às medidas para fixação de médicos, referiu que o CDS na Assembleia Municipal apresentara uma proposta, que podia conduzir à fixação de médicos e que fora aprovado. Acrescentou ainda que as Parcerias Público Privadas pagavam uma renda de onde estavam, mas esqueceram-se de dizer que também tinham multas e penalidades, porque eram avaliados constantemente, coisa que, por vezes não se passava nos outros lados. E concluiu que passava por mais que levantar os problemas, mas serem apresentadas, soluções.-----

Em seguida a eleita **Cláudia Martins** esclareceu que não se formavam médicos de um dia para o outro, mas que os médicos existiam, não havia falta de médicos no país. Havia sim, falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde, o que eram coisas diferentes. Relativamente ao

primeiro parágrafo, o Serviço Nacional de Saúde não estava assim, porque acordara de um dia para o outro com os Centros de Saúde sem médicos. Houve um caminho que se percorreu até se chegar onde se chegou. E esse caminho fora percorrido por alguém, portanto, a situação chegara onde chegara por um motivo e havia culpados e os culpados eram o PS, PSD e CDS. Ainda questionou o senhor eleito Mário Costa sobre qual era o ministro do PCP que estava no governo. Acrescentou ainda que o PCP tinha colocado inúmeras propostas na Assembleia da República para ajudar a resolver a situação, com medidas concretas e que o PS, PSD e CDS tinham reprovado todas elas. Esclareceu que a presente a única coisa que dizia era saudar a Comissão de Utentes da Freguesia, que era uma comissão de utentes que existia e que estava a lutar para que as coisas melhorassem e a agir junto da Câmara Municipal e que se iniciassem, medidas necessárias para a contratação de médicos de família e que as mesmas não passavam pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia pagar médicos, nem sequer havia orçamento para isso. Concluiu que os profissionais de saúde existiam e que tinham que lhes dar condições para poderem trabalhar no Serviço Público e não nos privados.-----

Seguidamente o eleito **Mário Costa** referiu, em relação, ao facto de o PCP ou o BE ter tido algum ministro, que podiam não ter tido, mas que tinham estado de facto no “Governo da Geringonça” e deram um voto para fazer o que quiseram fazer. Acrescentou ainda que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que era do PS, já reclamava também que era melhor talvez ponderarem a reversão da gestão do Hospital de Vila Franca de Xira e, em relação aos médicos, alguns médicos que iam para os privados, nem sequer era pelo dinheiro.-----

Em seguida o eleito **Alexandre Café** referiu que se tratava de uma discussão política que demoraria muito tempo, e que apenas queria lembrar que tinham havido duas matérias, uma fora a saúde e outra fora a legislação do trabalho, que fizeram com que houvesse a rutura entre o PCP, o BE e o Governo. Em relação à questão da Saúde, referiu que, no entender dele, existia um problema de má gestão e que, apesar de ser contra a PPP no Hospital de Vila Franca de Xira, reconhecia que o serviço estava pior agora, mas que não seria por o Serviço Público não saber gerir bem, mas porque talvez houvesse o intuito de degradar os serviços públicos para poder privatizar a saúde. Concluiu, em relação à moção, que só podia acompanhar.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à votação do Ponto 9.5 CDU, Moção Saúde, cujo foi reprovado com seis votos contra do PS, um do CDS, um da CNG, quatro votos a favor da CDU, um do BE.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** procedeu à apresentação do “**Voto de pesar por Maximino Serra**”.-----

Em seguida o eleito **Mário Costa** referiu que iria acompanhar esse voto de pesar, porque se tratava de um lutador pela liberdade. A primeira intervenção dele fora de facto, na chamada revolta da Sé, tendencialmente feita por um grupo de católicos e por militares, a revolta da Sé, que ele próprio frisara nas comemorações do 25 de Abril, no discurso.-----

Seguidamente o eleito **João Vendrel** referiu que acompanhavam em tudo aquilo que fora dito pelo BE.-----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu inicio à votação do Ponto Voto de Pesar apresentado pelo BE, cujo foi aprovado com seis votos a favor do PS, um do CDS, um da coligação nova geração, quatro votos a favor da CDU, um do BE e uma abstenção da coligação nova geração.-----

O senhor **Joel Balsinha** esclareceu o eleito Alexandre Café, relativamente aos softwares livres, e mencionou que o executivo da União de freguesias tem procurado trabalhar nesse sentido, tanto mais que o software de transcrição das atas era livre. Em relação à plataforma também acrescentou que era uma plataforma vertical que permitia não só cadeiras de roda, mas também carga. Como fora mencionado, tinha a ver com uma questão de aguardar orçamentos para tomar uma decisão definitiva. Concluiu que, em relação ao eleito do CDS, relativamente ao concurso literário, estava a ser trabalhado e que sairia para a rua em 2023.-----

Seguidamente a eleita **Cláudia Martins** desejou a todos umas Boas Festas e também um Ano-Novo, com mais força para combater as injustiças.-----

Em seguida o eleito **Oswaldo Pires** procedeu à leitura da sua mensagem de Natal.-----

Seguidamente o eleito **Alexandre Café** desejou a todos um Feliz Natal e um ótimo Ano-Novo.---

Em seguida o eleito **Mário Costa** também desejou um Santo e Feliz Natal e um bom ano novo, com saúde, paz.-----

Seguidamente o eleito **José Rodrigues** desejou, em nome do PS, os mesmos votos que tinham sido denunciados pelas outras bancadas.-----

Seguidamente a senhora **Secretária da Assembleia** procedeu à leitura da Ata em minuta.-----

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz

O Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias** deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta minutos, da mesma foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, ira ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa.-----

### Substituições:

Eleito Substituído:	Substituído por:	Bancada
Sara Fernandes	Francisco Mendes	CDU
Rodolfo Correia	Carlos Prazeres	CDU
Vanda Alvega	Flávia Pimenta	PS
Marlene Canha	Maria João Ramalheira	Mesa

Alhandra, 22 de Dezembro de 2022

Assinado por: **LUÍS OSVALDO CORRENTE PIRES**  
Num. de Identificação: 08994112  
Data: 2023.03.24 19:35:34+00'00'



O Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias

Sau do Alvo me

1ª Secretária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias

Maria João Ramalheira

2ª Secretária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias